



PROVA DE VIDA VOLTA A SER EXIGIDA

Lei 6.777/2020:

*criada a Carreira de
Atividades Previdenciárias*

Reforma Previdenciária:

*critérios para aposentadoria
não mudam no GDF*

GDF Saúde:

*nasce o maior plano
do Brasil*

As obras do GDF trazem emprego para o Adriano.

Adriano Castro
Servente contratado

As tesourinhas de Brasília estavam precisando urgentemente de reforma. Já o Adriano, precisava demais de um emprego. A pandemia trouxe com ela o efeito colateral do desemprego e muita gente ficou sem trabalho. Mas as **375 obras** que o GDF está tocando, hoje, em várias de nossas cidades, trouxeram alento para **20 mil trabalhadores**. Hoje, o Adriano pode respirar aliviado. **Porque, como o GDF não para, o seu emprego e a sua autoestima estão garantidos.**



Lave as mãos com frequência.



Use álcool gel.



Use máscara, é obrigatório.



Evite aglomerações.



GDF
É tempo de ação.

É tempo de ação

Criado pela Lei Complementar nº 769/2008 para ser o órgão gestor único do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (RPPS-DF), o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (Iprev-DF) tem o dever de prestar uma gestão participativa, transparente, eficiente e eficaz, dotada de credibilidade e excelência no atendimento.

Data de 15 de dezembro de 2015 a Decisão nº 6.057, do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), que determinou ao governador e ao Iprev-DF a adoção de providências com vistas ao pleno cumprimento da LC nº 769/2008. Por consequência, ao final de 2017, foi promulgada a Lei Complementar nº 932, que reorganizou o RPPS; instituiu a Previdência Complementar dos servidores do DF; e criou um fundo de solvência, o Fundo Solidário Garantidor (FSG), que é composto por ativos, direitos e receitas extraordinárias.

Não obstante os ajustes promovidos, foi apenas em 2019 que o Iprev-DF pôde efetivamente fazer uso de valores do FSG, mediante o ingresso de recursos provenientes de participação acionária do Iprev-DF no Banco de Brasília (BRB), da distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) de estatais, e do pagamento de outorgas de Parcerias Público-Privadas (PPP). Chegara, enfim, o tempo de ação.

Temos avançado muito.

Recadastramento, Prova de Vida e parcerias com a Controladoria Geral da União (CGU) e com a Controladoria Geral do Distrito Federal (CGDF) têm gerado resultados expressivos no sentido de evitar fraudes e economizar recursos públicos. Os fundos Garantidor e Capitalizado estão sendo geridos de forma a assegurar melhores retornos, reduzindo até mesmo o impacto da crise provocada pelo novo coronavírus sobre a economia.

No âmbito do Poder Judiciário, o Iprev-DF encontra-se liberado de recolher ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) contribuição sobre receitas advindas de benefícios previdenciárias, sejam patronais ou de servidores, aposentados e pensionistas, e sobre dedução de transferências e repasses efetuados para o Instituto, ou quaisquer outras verbas destinadas ao custeio do RPPS. A economia resultante dessa decisão é de R\$ 4,5 milhões por mês.

Sancionada em 8 de julho, a Lei Complementar nº 970/2020 promoveu a reforma do RPPS e já está proporcionando incremento de arrecadação aos cofres públicos. Melhor ainda: a reforma do RPPS limitou-se a assegurar a saúde financeira necessária ao pagamento em dia de aposentados e pensionistas, sem alterar critérios para aposentadoria. Com isso, os servidores públicos distritais não serão atingidos pelas regras de transição impostas pela Emenda Constitucional nº 103, que alterou o sistema de previdência social e impôs novos critérios para aposentadoria.

Em novembro, ao assumirmos os serviços de concessão, de manutenção, de revisão e de cessação dos benefícios previdenciários de aposentadoria e de pensão por morte dos servidores públicos efetivos da Secretaria de Estado de Saúde – SES, passamos a gerir os benefícios de 51% dos segurados do RPPS–DF vinculados ao Poder Executivo. Falta-nos apenas assumir os segurados da Secretaria de Estado de Educação – SEE para concluirmos a gestão centralizada no Poder Executivo. Isso está programado para ocorrer agora em 2021.

Certamente, avançaremos ainda mais.

Nossos Deputados Distritais aprovaram, por unanimidade, a Lei nº 6777/2020, que cria a Carreira de Atividades Previdenciárias. Publicada no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) no último dia de 2020, a Lei é o marco inicial do processo para realização do respectivo concurso público. A Carreira de Atividades Previdenciárias será composta pelo cargo de nível superior de analista previdenciário, terá 65 servidores, e as especialidades serão definidas em ato conjunto do titular do órgão gestor da carreira (Iprev– DF) e do titular do órgão central de gestão de pessoas do Governo do Distrito Federal (Secretaria de Economia).

Ao lado disso, atendendo a determinação do governador Ibaneis Rocha no sentido de buscarmos sempre melhorar o atendimento aos nossos servidores públicos, lançamos o GDF Saúde, convênio de assistência à saúde dos servidores públicos do Governo do Distrito Federal. Muito mais do que um benefício que era esperado há cerca de 20 anos pelo funcionalismo público, ele permite ampliarmos a oferta de serviços de saúde, desafogando o Sistema Único de Saúde (SUS) no Distrito Federal, e possibilita, também, estimularmos a economia local, gerando novos empregos e renda no setor de serviços.

Ney Ferraz Júnior

Presidente do Iprev–DF

**GOVERNO DO
DISTRITO FEDERAL**

Ibaneis Rocha
Governador

Marcus Vinicius Britto
Vice-Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DE
ECONOMIA - SEEC**

André Clemente Lara de Oliveira
Secretário

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
Iprev-DF**

Ney Ferraz Júnior
Presidente

Paulo Ricardo Andrade Moita
Diretor de Administração e Finanças

Raquel Galvão Rodrigues da Silva
Diretora de Governança, Projetos e
Compliance

Jefferson Nepomuceno Dutra
Diretor de Investimentos

Ledamar Sousa Resende
Diretora de Previdência

Yara Fernanda Olímpio Brandão
Diretora Jurídica

REDAÇÃO

Otávio Veríssimo Sobrinho
Editor-Chefe

Fabíola Gontijo Cardoso
Márya Eduarda L. Gonçalves (Estagiária)

CRÉDITOS DAS IMAGENS

Capa - freepik.com
Página 9 – Paulo H. Carvalho
Páginas 8 e 11 – Renato Alves
Agência Brasília
Páginas 20-22 – Arquivo pessoal
Demais fotos: freepik.com

sumário

PONTO DE VISTA **3**

GDF SAÚDE **6**

CARREIRA DE ATIVIDADES
PREVIDENCIÁRIAS **12**

PROVA DE VIDA **14**

CRITÉRIOS PARA
APOSENTADORIA **18**

SOMOS IPREV **20**

GDF Saúde nasce como o maior plano do Brasil

CONVÊNIO TERÁ CAPACIDADE PARA ATENDER ATÉ 600 MIL VIDAS, ENTRE SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS, INATIVOS E DEPENDENTES

O GDF Saúde, convênio de assistência à saúde dos servidores públicos do Governo do Distrito Federal, foi anunciado pelo governador Ibaneis Rocha, em solenidade realizada no dia 28 de outubro, no Palácio do Buriti. Na presença de sindicalistas, servidores, parlamentares e integrantes do primeiro escalão, o chefe do Executivo local lembrou que o benefício era esperado há mais de 20 anos pelo funcionalismo público.

“Este plano de saúde já nasce grande, com potencial de ser um dos maiores da América Latina. Assim, vamos desafogar o Sistema Único de Saúde (SUS). Fica meu agradecimento a todos os servidores e servidoras. Sei da importância do servidor público para a manutenção dos serviços para a população”, destacou Ibaneis, durante o evento.

O presidente do Instituto de Assistência à Saúde do Servidor do Distrito Federal (Inas-DF) – órgão responsável pela operação do plano –, Ney Ferraz, contou que os estudos para a implementação do GDF Saúde foram iniciados em 2019, e culminaram na assinatura do acordo de cooperação técnica entre o Inas, a Secretaria de Economia e o Banco de Brasília (BRB) em julho deste ano. “Reunimos todos num esforço para viabilizar e concretizar esse compromisso do governador Ibaneis com o servidor”, lembrou.

Secretário de Economia, André Clemente destacou que o plano de saúde era uma pendência de décadas e que a atual gestão conseguiu transformá-la em realidade, mesmo durante uma pandemia. “Gasto com saúde não é despesa, é investimento”.

Para colocar o plano em prática, os cofres públicos devem disponibilizar cerca de R\$ 216 milhões por ano, o que equivale a 1,5% da folha total dos servidores.





[Clique aqui e
conheça mais](#)

“O GDF Saúde não é um plano de mercado, mas sim para o servidor. Quanto mais pessoas aderirem, mais redes vão se credenciar”

*Ney Ferraz Júnior
Presidente do Inas-DF*

Adesões e credenciamento

Conforme acordado, ao BRB caberá a implementação de ambiente tecnológico para as adesões e o credenciamento da rede prestadora de serviços médico/hospitalares. O banco vai oferecer também a estrutura de atendimento e o compartilhamento de expertise adquirida no BRB Saúde. O presidente do banco, Paulo Henrique Costa, lembrou os desafios impostos em 2020 pela pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19) e como o plano de saúde chega em boa hora:

– Em um ano como esse, em que nós fomos tão desafiados em todas as dimensões, pessoais e profissionais, em especial na saúde, certamente aprendemos a valorizar ainda mais esse dom divino. Tendo saúde a gente corre atrás de todo o resto, de cada conquista, de cada relação familiar, cada sucesso profissional. O que estamos entregando hoje aos servidores do DF é um plano de saúde que todos têm muito a se orgulhar.

Representante do funcionalismo público local, a presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Brasília (SindSaúde-DF), Marli Rodrigues, se emocionou ao discursar no Palácio do Buriti. “Esperamos essa notícia por muitos anos. Os amigos sabem o quanto nós lutamos pelo plano de saúde. Governador Ibaneis, eu sei o quanto você teve coragem para lançar este plano de saúde e quero dizer que ele fará diferença. Cuidar de quem cuida do povo é um investimento do governo”, disse.

Para o deputado distrital Jorge Vianna, servidor público da saúde, o GDF Saúde vai salvar muitas vidas. “Com o plano de saúde nós teremos mais saúde e um retorno mais rápido do servidor, diminuindo o absenteísmo”, observou.

Também participaram do anúncio, os deputados federais Tadeu Filippelli e Luis Miranda; o presidente da Câmara Legislativa, Rafael Prudente; os distritais Hermeto, Roosevelt Vilela, Martins Machado, Iolando e Reginaldo Sardinha.



Cerimônia de lançamento do GDF Saúde, com presença do governador Ibaneis Rocha

Com dois meses de existência, GDF Saúde já possui 10 mil adesões

Ativo há menos de dois meses – começou a valer em 28 de outubro, Dia do Servidor Público –, o GDF Saúde está em pleno funcionamento e dezenas de vidas já foram atendidas, em casos de urgência e emergência, pelo convênio de assistência médica para servidores públicos da capital. E mais: a expectativa é de que 500 mil vidas sejam beneficiadas pelo plano de saúde até 2022.

Segundo o presidente do Instituto de Assistência do Servidor do Distrito Federal (Inas-DF), Ney Ferraz, em dois meses o número de cadastrados no plano já se aproxima dos 10 mil, entre servidores públicos das secretarias de Saúde e de Educação e dependentes. O investimento do Governo do Distrito Federal (GDF) no serviço é de mais de R\$ 20 milhões por mês.

Vários hospitais também já estão credenciados no GDF Saúde: São Francisco, em Ceilândia; Daher, no Lago Sul; Home, na Asa Sul; e Santa Marta, em Taguatinga Sul. Também constam entre os conveniados as seguintes unidades de saúde: Centro Urológico de Brasília; Centro

Brasileiro de Visão (CBV); Pronto Atendimento Infantil; Centro Especializado de Otorrinolaringologia de Taguatinga; Radiolínea Centro de Imagem; Cooperativa dos Médicos Anestesiologistas do DF; e Laboratório Exame. Ao todo, 344 prestadoras de serviço estão na fila para aderir ao programa.

Em entrevista à repórter Ana Luiza Vinhote, da Agência Brasília, Ney Ferraz adianta que a expectativa para 2021 é fechar o ano com 300 mil pessoas cadastradas. “O GDF Saúde não é um plano de mercado, mas sim para o servidor. Quanto mais pessoas aderirem, mais redes vão se credenciar”, explica o presidente do Inas-DF. “Há uma dupla vertente que é tratar bem e valorizar os funcionários. Se isso acontece, eles vão trabalhar melhor e a população só tem a ganhar. Também é uma forma de aquecer a economia com a contratação de mais pessoas, para suprir as demandas nos hospitais particulares e desafogar o Sistema Único de Saúde (SUS)”, arremata o gestor.

Confira a entrevista:



Ney Ferraz Júnior
Presidente do Inas-DF

Foto: Paulo H. Carvalho/Agência Brasília

“No próximo ano, todas as secretarias estarão aptas a se cadastrar. Então, a previsão é de que a gente tenha cerca de 300 mil vidas beneficiadas pelo plano”

Ney Ferraz Júnior
Presidente do Inas-DF

Quais são as vantagens que o GDF Saúde tem com relação aos planos convencionais?

– A principal vantagem é que o GDF Saúde é um plano para servidores, de autogestão, sem fins lucrativos. Com isso, há uma vantagem de não pagar impostos. Não é um convênio de mercado. Foi desenvolvido e criado para o funcionário público. Dessa forma foi mais fácil moldarmos. A autogestão faz com que não seja necessário obedecer a todas as regras da ANS [Agência Nacional de Saúde]. Mas não é por isso que vamos desobedecer. Cumprimos prazos que visam proteger o plano.

Quais são os exemplos práticos desta vantagem em relação aos planos do mercado?

– Uma pessoa que não tem convênio médico e quer aderir a um do mercado, geralmente, precisa esperar 90 dias para fazer um exame. Como o GDF Saúde é para o servidor e tem uma contrapartida do governo, achamos desnecessário obedecermos a esse prazo. Vimos que há possibilidade de encurtar a carência sem nenhum prejuízo. Nosso foco não é lucro, mas sim atender o servidor com qualidade. Verificamos quais são as regras que não somos obrigados a cumprir. Olhamos uma a uma para ver o que pode ser feito e o que não pode, para deixar o plano cada vez mais vantajoso para quem aderir.

Tais vantagens também são financeiras?

– Fizemos estudos em todas as regiões administrativas e descobrimos que 70% dos servidores não tinham plano de saúde. Depois, fomos entender o porquê disso. Muitos não tinham condições de pagar por um. Para aqueles que já tinham convênio, queríamos oferecer um plano tão bom quanto o deles, mas com valores menores. Assim, sobra dinheiro do salário para ele cuidar da família. Então, definimos valores acessíveis e diferenciados do mercado. Veja que o piso é de R\$ 400 para titular, R\$ 200 para dependente e o teto é de R\$ 1 mil.

É possível, ao longo do tempo, ter um plano ainda mais barato?

– Sim. Nada impede que no futuro lancemos outros produtos, mais baratos, com uma rede hospitalar mais simples. Neste início estamos fazendo um trabalho de fiscalização para checar e garantir a excelência nos atendimentos. O servidor tem que se sentir valorizado e, caso isso não ocorra, o hospital será descredenciado.

As mensalidades dos planos convencionais têm aumento anual. Isso deve acontecer com o plano do servidor?

– A ANS permite o aumento, mas só faremos isso conforme a necessidade. Porém, para isso acontecer, é necessário um projeto de lei, com um cálculo específico para justificar [o aumento]. O governo repassa 1,5% da folha total, o que dá mais de R\$ 20 milhões por mês. Os planos da iniciativa privada não têm esse repasse. Não há essa necessidade de ficar alterando. Esse aumento pode acontecer por causa de fatores externos – como uma hiperinflação, por exemplo.

Os cadastros e credenciamentos estão dentro do previsto?

– Antes, o plano não tinha credibilidade. Se o governador Ibaneis Rocha não tivesse dado o suporte necessário, não teria dado certo. Sem ele seria impossível que esse plano virasse realidade. Estamos mostrando que o projeto saiu do papel e está dando certo. E essa confiança se

reflete nas adesões e nos credenciamentos de prestadores de serviços, que só crescem a cada dia. Em dois meses, já temos quase 10 mil vidas inscritas para adesão e mais de 340 prestadores de serviço em processo de cadastro. Estamos falando de vidas que serão salvas. O plano de saúde tem uma dupla vertente, que é tratar bem e valorizar os servidores. Se isso acontece, eles vão trabalhar melhor e a população só tem a ganhar. Também é uma forma de aquecer a economia com a contratação de mais pessoas, para suprir as demandas nos hospitais particulares e desafogar o Sistema Único de Saúde (SUS).

A coparticipação é algo que assusta o servidor. Podemos mostrar, com exemplos práticos, quanto o servidor vai ter que desembolsar?

– Não é algo para se preocupar, até porque existem limites para essas contribuições. Vamos usar um exemplo da consulta médica, que segundo nossa tabela custa cerca de R\$ 85. O servidor paga 30% desse valor, ou seja, R\$ 25,50. Para os casos de internação e procedimentos hospitalares, o percentual é de 5%. Porém, há um limite de R\$ 5 mil por procedimento e, ao ano, o limite é de R\$ 15 mil. Alguns são contínuos, mas considerados únicos. Tomamos todo o cuidado de não onerar o servidor. Ele já está passando por um momento difícil e chega uma conta muito cara para pagar? Esse valor poderá ser dividido, descontando 20% no contracheque, até que ele quite o total. Mas, é claro que cada caso é um caso e estamos abertos para conversar.

Qual a expectativa para 2021?

– No próximo ano, todas as secretarias estarão aptas a se cadastrar. Então, a previsão é de que a gente tenha cerca de 300 mil vidas beneficiadas pelo plano. São milhares de pessoas a menos no SUS. Isso gira a roda da economia porque o hospital vai ter mais procura e, conseqüentemente, vai ter que contratar mais funcionários, fazer uma expansão. As notas fiscais devem aumentar e, assim, o governo também arrecada mais. Todos têm a ganhar. Para o final de 2022, a previsão é de 500 mil vidas beneficiadas. Em breve assinaremos com as forças de segurança. Também estamos entrando em acordo com estatais, empresas públicas e sociedades de economia mista.



Marli Rodrigues, presidente do SindSaúde/DF: "Cuidar de quem cuida do povo é um investimento do governo"

Foto: Renato Alves/Agência Brasília

Adesão vantajosa para aposentados

A primeira diferença entre os plano tradicionais de mercado e o GDF Saúde diz respeito ao perfil de saúde do beneficiário. No GDF Saúde é possível aceitar beneficiários com enfermidades e doenças pré-existentes que outros tipos de planos de saúde não aceitam.

A segunda diferença significativa está no valor das mensalidades cobradas. Os planos de saúde disponíveis no mercado cobram suas mensalidades baseados nas faixas etárias de seus beneficiários. Assim, aposentados e pensionistas acabam desembolsando valores muito altos para ter acesso à cobertura.

Os valores cobrados no mercado para aposentados podem alcançar à faixa de R\$ 3.500,00 por mês e há relatos de beneficiários que chegam a comprometer cerca de 80% de sua renda para quitar as mensalidades de seu plano de saúde.

No GDF Saúde o valor para pessoas acima de 60 anos é absurdamente mais baixo. A tabela de preços não é escalonada conforme a idade. Ela é linear (4% da remuneração do beneficiário). Por exemplo, um professor que ganhe R\$ 10 mil paga 4% (R\$ 400,00) tendo ele 20, 70 ou 80 anos. A mensalidade é um percentual de sua remuneração.

A não exclusão em função de enfermidades e de doenças pré-existentes, e o fator preço da mensalidade representam a forma mais igualitária e mais justa que o Governo do Distrito Federal pode

proporcionar aos beneficiários de GDF Saúde. Esse dois fatores foram exaustivamente analisados durante a fase que precedeu a elaboração do regulamento do plano de saúde. As despesas assistenciais foram projetadas a partir da experiência acumulada com o BRB Saúde.

Estudo atuarial levou em consideração uma população de 174.506 potenciais beneficiários titulares, cuja distribuição etária apresentou a seguinte distribuição: de zero a 18 anos (1%), de 19 a 23 (1%), de 24 a 28 (3%), de 29 a 33 (6%), de 34 a 38 (10%), de 39 a 43 (11%), de 44 a 48 (11%), de 49 a 53 (12%), de 54 a 58 (12%) e de 59 a 110 (33%).

Por meio desse estudo, constata-se que o grupo de potenciais beneficiários titulares apresenta uma distribuição etária mais idosa, sendo que 68% dos beneficiários estão em faixas etárias com idades iguais ou superiores a 44 anos.

Levando-se em conta também os dependentes, a distribuição etária dos beneficiários passa a ter a seguinte configuração: de zero a 18 anos (22%), de 19 a 23 (7%), de 24 a 28 (2%), de 29 a 33 (5%), de 34 a 38 (8%), de 39 a 45 (9%), de 44 a 48 (8%), de 49 a 53 (8%), de 54 a 58 (9%) e de 59 a 110 (22%).

Levantamento das adesões realizadas em novembro, primeiro mês de existência do GDF Saúde apontou o seguinte perfil dos beneficiários que aderiram: servidores ativos (53%), inativos (44%), requisitados (1%), cedidos (1%) e afastados (1%).

Criada a Carreira de Atividades Previdenciárias

FICA CRIADA A CARREIRA DE ATIVIDADES PREVIDENCIÁRIAS DO IPREV-DF

CARGO:
ANALISTA PREVIDENCIÁRIO (nível superior)

REMUNERAÇÃO:
R\$ 6.760,00 (inicial)
R\$ 9.074,82 (final)
VAGAS: 65

GRATIFICAÇÃO POR HABILITAÇÃO EM ATIVIDADES PREVIDENCIÁRIAS (GHPrev)

Agora, é lei. A última edição do Diário Oficial do Distrito Federal em 2020 trouxe a publicação da Lei nº 6.777, que dispõe sobre a criação da carreira de atividades previdenciárias, do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (Iprev-DF), e dá outras providências. A proposta de criação da carreira havia sido aprovada por unanimidade pelos Deputados Distritais e enviada para sanção do governador Ibaneis Rocha no último dia 15.

“Criado pela Lei Complementar nº 769/2008 para ser o órgão gestor único do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (RPPS-DF), o Iprev-DF tem o dever de prestar uma gestão participativa, transparente, eficiente e eficaz, dotada de credibilidade e excelência no atendimento. A carreira de atividades previdenciárias dará o suporte necessário às atividades da autarquia”, explica o presidente do Iprev-DF, Ney Ferraz Júnior.

A carreira de atividades previdenciárias será composta pelo cargo de nível superior de analista previdenciário, terá 65 servidores, e as especialidades serão definidas em ato conjunto do titular do órgão gestor da carreira (Iprev-DF) e do titular do órgão central de gestão de pessoas do Governo do Distrito Federal (Secretaria de Economia). São atribuições gerais do cargo de analista previdenciário: formular, planejar, coordenar, supervisionar e avaliar atividades relacionadas às atividades previdenciárias.

O ingresso na carreira se dará mediante concurso público de provas ou provas e títulos e a jornada de trabalho será de 40 horas semanais. O presidente do Iprev-DF explica que, com a publicação da lei, as áreas técnicas do governo poderão iniciar os estudos para elaboração do edital do concurso. Mas alerta:

TABELA DE VENCIMENTOS

– O processo para realização do concurso terá que levar em consideração as vedações previstas na Lei Complementar 173/2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19) e veda aumento de despesas de natureza continuada durante a sua vigência.

A Lei nº 6.777/2020 fixa a remuneração inicial da carreira de atividades previdenciárias em R\$ 6.760 (vide tabela). Cria, também, a Gratificação por Habilitação em Atividades Previdenciárias (GHPrev), que será concedida aos integrantes da carreira, quando portadores de títulos, diplomas ou certificados mediante conclusão de cursos de graduação, especialização com carga horária mínima de 360 horas, mestrado ou doutorado, reconhecidos pelo Ministério da Educação.

A concessão de GHPrev observará os seguintes percentuais:

- Segunda graduação – 13%
- Especialização – 20%
- Mestrado – 30%
- Doutorado – 35%

CLASSE	PADRÃO	40 HORAS
ESPECIAL	V	9.074,82
	IV	8.953,94
	III	8.834,67
	II	8.717,00
	I	8.600,88
PRIMEIRA	V	8.374,76
	IV	8.263,21
	III	8.153,14
	II	8.044,54
	I	7.937,39
SEGUNDA	V	7.728,71
	IV	7.625,76
	III	7.524,19
	II	7.423,96
	I	7.325,08
TERCEIRA	V	7.132,50
	IV	7.037,49
	III	6.943,75
	II	6.851,26
	I	6.760,00



Prova de Vida volta a ser exigida

AÇÃO VOLUNTÁRIA DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DURANTE A PANDEMIA LEVA IPREV-DF A RETOMAR COMPROVAÇÃO

A partir de 4 de janeiro, aposentados e pensionistas da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal voltarão a ter que obrigatoriamente realizar prova de vida. A comprovação é realizada uma vez ao ano, no mês de em que o aposentado ou pensionista estiver aniversariando; e deve ser feita nas agências do Banco de Brasília (BRB), de segunda a sexta-feira, em horário de expediente bancário.

Instituída pelo Decreto nº 39.276/2018, a prova de vida tem por objetivo coibir fraudes e irregularidades. **Aposentados e pensionistas que deixarem de fazer a prova de vida no mês em que estiverem aniversariando serão notificados para que, no prazo de 30 dias, apresentem a documentação exigida, sob pena de suspensão do pagamento do seu benefício. Para 2021, são esperadas 64.873 provas de vidas.**

A realização da prova de vida estava suspensa desde 16 de março de 2020, como parte das medidas de enfrentamento ao novo coronavírus. Na prática, porém, aposentados e pensionistas continuaram voluntariamente a realizar prova de vida, aproveitando-se de suas idas ao BRB. Com isso, o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal ([Iprev-DF](#)) contabilizou 24.134 provas de vida de janeiro a dezembro, o que corresponde a 39,04% do total previsto para 2020.

Atualmente, encontram-se suspensos os pagamentos de 92 benefícios por falta de prova de vida. Esses casos foram identificados em 2019 e permanecem com o pagamento suspenso, representando uma economia de R\$ 6,544 milhões ao ano para os cofres públicos.

Objetivo é coibir fraudes e irregularidades no pagamento de benefícios previdenciários



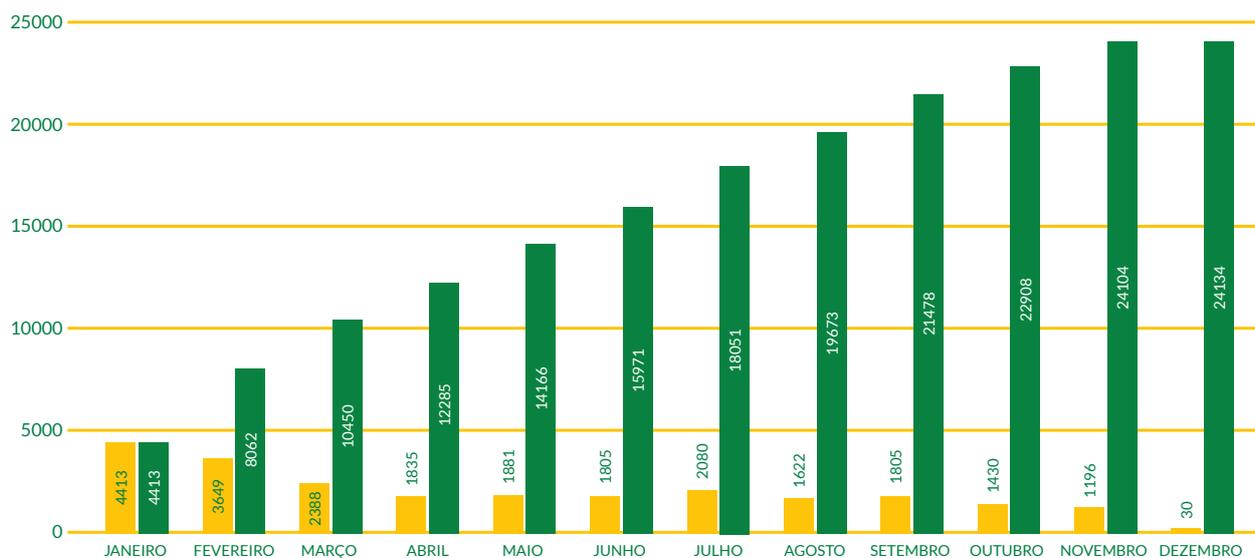
EXERCÍCIO 2019

PROVA DE VIDA/RECADASTRAMENTO APOSENTADOS E PENSIONISTAS

SITUAÇÃO	QT PREVISTA	QT NÃO RECADASTRADA	ECONOMIA MENSAL	ENCONOMIA ANUAL
JANEIRO	4.966	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FEVEREIRO	4.575	5	R\$ 23.813,03	R\$ 309.569,39
MARÇO	4958	9	R\$ 40.250,89	R\$ 523.261,57
ABRIL	4.958	5	R\$ 34.174,58	R\$ 444.269,57
MAIO	5.279	7	R\$ 31.338,07	R\$ 407.394,91
JUNHO	5.000	5	R\$ 21.558,15	R\$ 280.255,95
JULHO	5.325	6	R\$ 19.616,25	R\$ 255.011,25
AGOSTO	5.188	12	R\$ 49.955,00	R\$ 649.415,00
SETEMBRO	5.303	10	R\$ 53.177,48	R\$ 691.307,24
OUTUBRO	5.317	12	R\$ 54.904,12	R\$ 713.753,56
NOVEMBRO	4.888	10	R\$ 84.094,27	R\$ 1.176.826,95
DEZEMBRO	4.767	11	R\$ 90.525,15	R\$ 1.176.826,95
TOTAL GERAL	60.516	92	R\$ 503.406,9	R\$ 6.544.290,87

EXERCÍCIO 2020

PROVA DE VIDA/RECADASTRAMENTO APOSENTADOS E PENSIONISTAS



24.134
provas de vida
realizadas de
forma voluntária
ao longo de 2020



Documentos necessários

Para realizar a prova de vida, aposentados e pensionistas devem apresentar documento de identificação com foto (Carteira de Identidade, Carteira de Habilitação ou Carteira Profissional com validade em todo o território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); e comprovante de residência atualizado, datado dos últimos três meses (conta de água, luz ou telefone) – ou, na falta destes, declaração de residência caso tenha havido mudança de endereço.

Tutores, guardiões e curadores dos aposentados e pensionistas deverão apresentar os seguintes documentos: original da tutela, termo de guarda ou curatela; e documento de identidade oficial do representante legal.

Na hipótese de o aposentado ou pensionista residir em território nacional, mas fora do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (Ride), ele deverá encaminhar correspondência ao Iprev-DF com Declaração de Vida, de Residência e de Estado Civil emitida em cartório e expedida no mês do procedimento. Não será aceita Declaração de Vida, Residência e Estado Civil com reconhecimento de firma por semelhança.

Nos casos em que o aposentado ou pensionista residir fora do Brasil, em localidade que possua consulado ou representação diplomática, ele deverá encaminhar correspondência ao Iprev-DF com declaração de comparecimento emitida por órgão de representação diplomática e/ou consular do Brasil no exterior.

Visita domiciliar

Os aposentados e pensionistas residentes no Distrito Federal, impossibilitados de locomoção em decorrência de doença grave ou incapacitante, comprovadas por laudo médico, e os maiores de 90 anos poderão requerer a visita domiciliar de servidor do Iprev-DF para realização da prova de vida.

O pedido de visita domiciliar deverá ser formulado pelo e-mail agendamento@iprev.df.gov.br, com atestado médico anexado e que comprove a condição de impossibilidade de locomoção.

Realizada a prova de vida, o aposentado ou pensionista receberá do atendente o comprovante de realização. Aquele servidor que possuir mais de um vínculo com o Governo do Distrito Federal deverá realizar a prova de vida apenas uma vez, informando cada um dos vínculos.



O que é?

Comprovação anual, obrigatória e necessária para o pagamento regular de aposentadorias e pensões.



Quem deve fazer?

Todos os servidores públicos aposentados ou pensionistas.



Quando?

A partir de 4 de janeiro de 2021, uma vez ao ano, no mês em que o aposentado ou pensionista fizer aniversário.



Onde?

Nas agências do Banco de Brasília, de segunda a sexta-feira, em horário de expediente bancário.



Como?

- Presencialmente, mediante apresentação de documento de identidade, CPF e comprovante de residência atualizado.
- Impossibilitados de locomoção em decorrência de doença grave ou incapacitante, comprovada por laudo médico, e maiores de 90 anos poderão requerer (pelo e-mail agendamento@iprev.df.gov.br) a visita domiciliar de servidor do Iprev-DF para realização da prova de vida.



O que acontece se a prova de vida não for feita no prazo?

O pagamento do benefício (aposentadoria ou pensão) será suspenso até que a prova de vida seja realizada.

Aposentadoria por idade e por tempo de contribuição não mudam no GDF

ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA REFORMA DA PREVIDÊNCIA NAS REGRAS DE TRANSIÇÃO ATINGEM APENAS OS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

Os servidores públicos distritais não serão atingidos pelas regras de transição impostas pela Emenda Constitucional (EC) 103, que alterou o sistema de previdência social e impôs novos critérios para aposentadoria. Por iniciativa do governador Ibaneis Rocha, e nos termos da Lei Complementar nº 970/2020, a reforma do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (RPPS-DF) limitou-se a assegurar saúde financeira necessária ao pagamento em dia de aposentados e pensionistas, sem alterar critérios para aposentadoria.

De acordo com o artigo 40, § 1º, inciso III, da EC 103, o servidor que contribua com regime próprio de previdência social será aposentado “no âmbito da União, aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo”.

Ao contrário do que ocorreu na União e na maioria de Estados e Municípios, a saúde financeira do RPPS-DF está sendo alcançada somente com a majoração de alíquotas da Contribuição Previdenciária. Por meio do Decreto nº 41.627, de 20.12.2020, foi incorporado ao orçamento do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (Iprev-DF) o primeiro resultado: excesso de arrecadação no valor de R\$ 89 milhões, obtidos com a majoração da alíquota da Contribuição Previdenciária.

“Esse montante diz respeito apenas à contribuição paga pelos servidores ativos”, explica o diretor de Administração e Finanças do Iprev-DF, Paulo Ricardo Andrade Moita. “Antes da Reforma, essa arrecadação era de R\$ 73 milhões/mês. Com a Reforma, o valor arrecadado passa a ser de R\$ 89 milhões/mês (incremento de 18%)”. O incremento total de recursos arrecadados

mensalmente, porém, só estará contabilizado quando os valores devidos por servidores inativos ingressarem no caixa do GDF.

Contribuição Previdenciária

Com a EC 103, os entes federativos com déficit atuarial a ser equacionado foram obrigados a adotar alíquota não inferior à da contribuição dos servidores da União. Por essa razão, o Governo do Distrito Federal (GDF) teve que encaminhar o Projeto de Lei Complementar nº 46/2020 à Câmara Legislativa. Aprovado pelos deputados distritais, o projeto foi sancionado e publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, passando a ser designado como Lei Complementar nº 970, de 8 de julho de 2020.

“A alíquota de 14% tornou-se obrigatória. Não poderíamos ter alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União. Caso não adotássemos alíquota igual à da União, o Distrito Federal deixaria de receber repasses voluntários da União, parcelas de empréstimos já contratados e nem mesmo poderia contrair novos empréstimos”, enfatiza o presidente do Iprev-DF, Ney Ferraz.

De acordo com a Lei Complementar 970/2020, os servidores públicos distritais em atividade tiveram a alíquota de sua contribuição previdenciária majorada de 11% para 14%, enquanto a alíquota para os servidores inativos foi fixada de forma escalonada: até 1 salário mínimo, isento; de 1 salário mínimo até o valor vigente do teto dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social, incidirá alíquota de 11%; e acima do teto dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), será cobrada alíquota fixa de 14%.

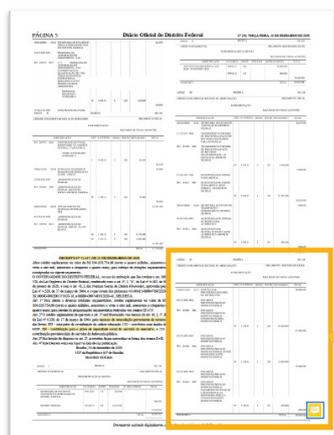
Servidores federais

Diferentemente dos servidores distritais, os servidores federais estarão sujeitos a novas regras de transição em 2021. A primeira dessas mudanças diz respeito à regra de transição por pontuação: soma da idade do segurado com o tempo de contribuição. Hoje, o servidor público federal do sexo masculino precisa alcançar 97 pontos, enquanto as mulheres necessitam de 87 pontos. Em 2021, o resultado dessa soma de idade com tempo de contribuição sobe, respectivamente, para 98 e 88 pontos.

A segunda opção de transição é a regra do pedágio de 100%. Essa regra exige idade mínima de 60 anos (homens) e 57 anos (mulheres). Na prática, o sistema cobra um pedágio (tempo a mais) de 100% sobre o tempo de contribuição que faltava para o servidor se aposentar na data de promulgação da EC 103 e leva em

consideração as metas de 35 anos de contribuição para homens e 30 anos para mulheres. Uma vez que o pedágio é de 100%, basta dobrar o período. Ou seja, um servidor que tinha 34 anos de contribuição em novembro de 2019 poderá se aposentar a partir de 2021 (um ano de contribuição que lhe faltava à época da promulgação da Reforma acrescido de mais um ano de pedágio).

O Regime Próprio de Previdência Social exige ainda um tempo mínimo de contribuição, de 35 anos para o sexo masculino e 30 anos para o público feminino. Desses, ao menos 20 anos devem ser no serviço público. Além disso, é necessário apresentar idade mínima de 61 anos, se homem, e 56 anos, se mulher. Essa norma, porém, mudará somente em 2022, quando serão necessários aos servidores federais 62 e 57 anos, respectivamente.

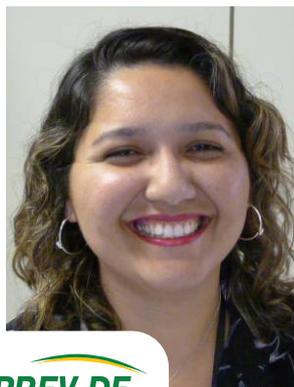


Decreto nº 41.627/2020

ANEXO IV		DESPESA					R\$ 1,00
CRÉDITO SUPLEMENTAR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		ORÇAMENTO SEGURIDADE SOCIAL					
SUPLEMENTAÇÃO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES					
ESPECIFICAÇÃO	REG	NATUREZA	IDUSO	FONTE	DETALHADO	TOTAL	
320203/32203 19213 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. DO DISTRITO FED						89.600.000	
09.272.0001.9004 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL							
Ref. 019088 0001 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL - FUNDO FINANCEIRO - DISTRITO FEDERAL							
09.272.0001.9004 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL	99	31.90.01	0	206	67.000.000	67.000.000	
Ref. 019086 0004 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL - FUNDO FINANCEIRO SAÚDE - DISTRITO FEDERAL	99	31.90.01	0	206	22.000.000	22.000.000	
09.272.0001.9004 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL							
Ref. 019084 0007 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL - PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA DEFENSORIA PÚBLICA - FUNDO FINANCEIRO - DISTRITO FEDERAL	99	31.90.01	0	253	600.000	600.000	
					TOTAL	89.600.000	
2020AC00573						89.600.000	

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO RESULTANTE DA ENTRADA EM VIGOR DA NOVA ALÍQUOTA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Somos IPREV



IPREV DF

NOME:

Edna Gonçalves de Menezes

NATURAL DE:

Varzea Alegre/CE

DATA DE INGRESSO NO IPREV:

04.05.2011

“Trabalho no que gosto: área previdenciária”

Edna Menezes

Extremamente ansiosa e inquieta. É assim que se autodefine a cearense Edna Gonçalves de Menezes, servidora do Iprev desde 4 de maio de 2011 e que atualmente exerce as funções de coordenadora de Compliance e Integridade, na Diretoria de Governança, Projetos e Compliance (DIGOV).

Sempre em busca de novos conhecimentos, Edna adotou como mantra de vida a frase “Ninguém é tão sábio que não tenha algo para aprender e nem tão tolo que não tenha algo para ensinar”, de autoria do físico, matemático, filósofo e teólogo francês Blaise Pascal (1623-1662). “Hoje, do ponto de vista profissional, trabalho no que gosto: área previdenciária. Consegui me graduar em Filosofia e Pedagogia, concluí especializações em Pedagogia Empresarial e em Gestão Pública, e tenho MBA em Auditoria, Compliance e Gestão de Riscos”, revela.

De família nordestina (pai, mãe, ela e dois irmãos) que veio para Brasília tentar uma vida melhor, Edna Gonçalves conta que o objetivo de seus pais era garantir o acesso dos filhos à educação básica e superior. Apesar da tristeza com o falecimento da irmã caçula, o objetivo foi alcançado e não lhe faltam palavras para expressar sua gratidão:

– Tenho um profundo respeito e consideração pelos meus pais, que lutaram e passaram por dificuldades na vida para não deixarem faltar nada aos três filhos. São para mim exemplo de honestidade, amor e carinho. Tudo que fizemos em benefício deles hoje, será pouco. Peço a Deus todos os dias que me conceda ao menos a metade da coragem e da perseverança deles, para que eu consiga realizar os meus sonhos. Os valores ensinados por eles foram aprendidos e estão enraizados em nós.

Trajectoria

Assistente, assessora e chefe de gabinete entre maio de 2011 e novembro de 2012, foi na Diretoria de Previdência (DIPREV) que Edna passou a ter contato mais próximo com aposentados e pensionistas.

De novembro de 2012 a outubro de 2017, ela esteve   frente da Coordena o de Benefícios, na DIPREV. Ainda em outubro daquele ano, e ainda na DIPREV, foi nomeada para o cargo de coordenadora de Cadastro e Atendimento. L  permaneceu até julho de 2020, quando finalmente assumiu a Coordena o de Compliance e Integridade, na DIGOV.

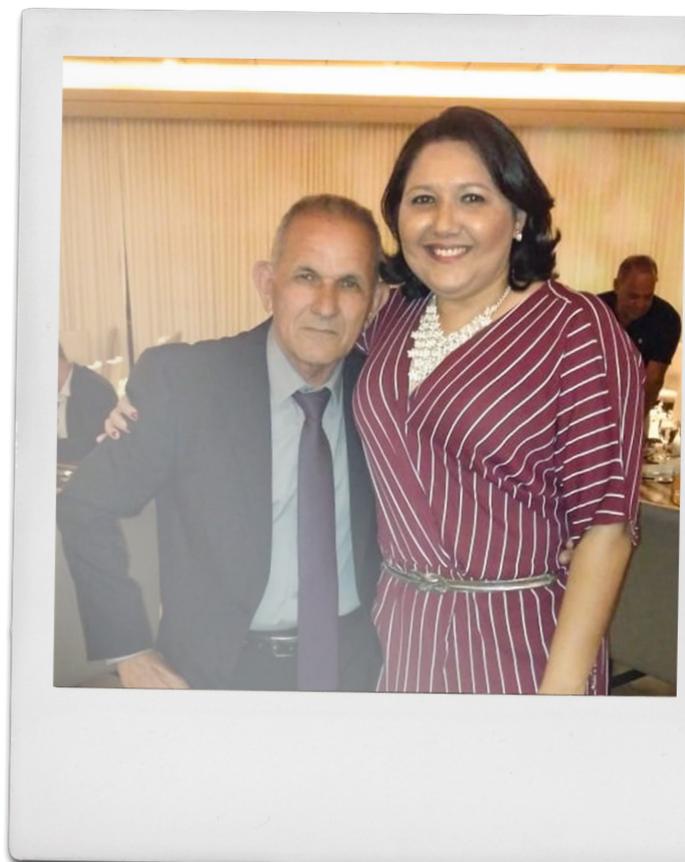
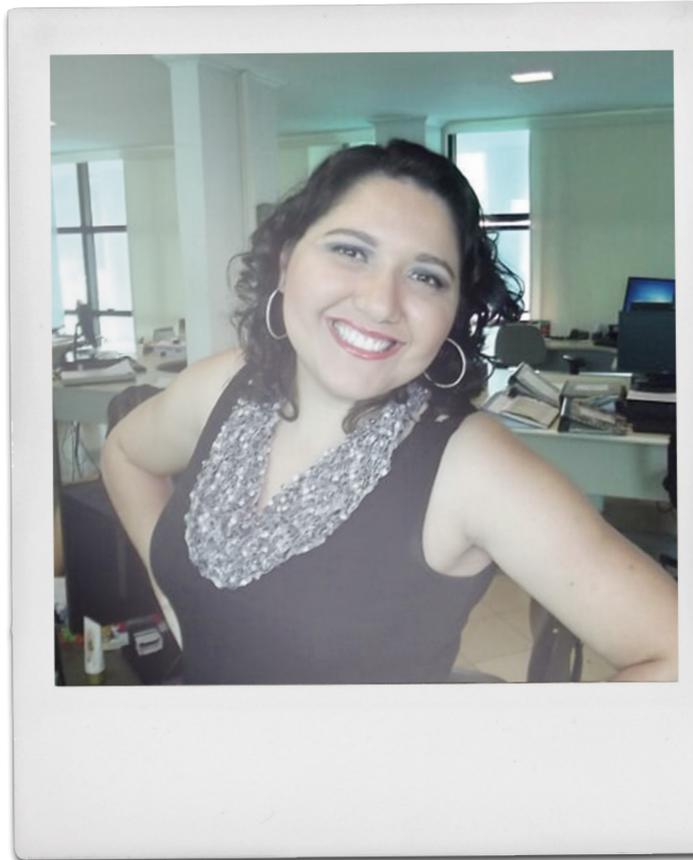
Confira, a seguir, as resposta de Edna Gonc lves sobre questões do dia-a-dia no Iprev:

Quais os maiores desafios que enfrentou ao longo de sua trajetória no Iprev? Quais eram as condi es de trabalho   época e quais as solu es encontradas?

– Os desafios foram muitos. Quando iniciei os trabalhos, o Iprev contava com apenas 13 servidores distribuídos entre o Gabinete e três diretorias. As obriga es e cumprimento de prazos eram os mesmos de hoje. No meu caso, sempre tive uma equipe de trabalho com número insuficiente de servidores para atender, em tempo hábil, as demandas dos segurados, e as agendas administrativa e previdenciária. Quanto às condi es de trabalho, sempre foram razoáveis e estressantes: número insuficiente de servidores e espaço físico/instala es inadequados. As solu es encontradas foram efetuar reestrutura es administrativas, aumentar o número de servidores, chamar novos estagiários, mudar para um espaço físico mais adequado, adquirir novos equipamentos, entre outras.

A seu ver, o que falta ao Iprev?

– Tenho observado avanços importantes nos últimos anos, destacando o aumento do número de servidores. Atualmente, são 114 servidores distribuídos entre o Gabinete e cinco Diretorias. Entretanto, considero necessários mais investimentos na área de tecnologia, cria o da Carreira Previdenciária e realiza o do concurso público para possibilitar uma gestão previdenciária mais aut noma e mais eficiente.



Qual o Iprev dos seus sonhos?

– Sonho com o Iprev sendo reconhecido como uma entidade que faz a gestão previdenciária de forma plena. Sonho com um Iprev mais informatizado e mais ágil. Sonho com um banco de dados eficiente e atualizado. Sonho com o segurado/beneficiário tendo o acesso a informações seguras e rápidas, por meio dos canais de atendimento.

Conte-nos alguma história, fato pitoresco ou caso que tenha vivido nesses anos de Iprev.

– Histórias, são milhares, fatos e casos foram inúmeros. Passo a maior parte do meu dia no Iprev, muitas vezes mais de 8 horas. Convivo com várias situações, algumas positivas e outras negativas. Um fato pitoresco foi dirigir-me sozinha a uma determinada cidade satélite, para uma visita domiciliar cujo objetivo era efetuar a prova de vida de um beneficiário acamado. Estava no veículo oficial e sozinha quando fui abordada por policiais militares que, por curiosidade, perguntaram-me o que eu estava fazendo e se necessitava de alguma ajuda. Expliquei o motivo pelo qual estava naquela região e eles se dispuseram a me acompanhar/escoltar. De acordo com esses policiais militares, eu estava num setor complicado e o local ao qual estava me dirigindo era perigoso. Segui-os e, ao chegar na rua, observei que se tratava de algo peculiar. Os policiais me aguardaram finalizar o trabalho e, em seguida, me acompanharam até a saída da cidade satélite. Ao final, agradei-os pela atenção e disponibilidade.

“Ninguém é tão sábio que não tenha algo para aprender e nem tão tolo que não tenha algo para ensinar”

Blaise Pascal (1623-1662)



As obras do GDF trazem emprego para a Michelle.

Michelle Lorrane
Serviços Gerais contratada

Cuidar da limpeza dos alojamentos e do cafezinho dos operários que trabalham nas centenas de obras que o GDF está realizando é uma tarefa superimportante. A Michelle sabe disso e está bastante feliz com a oportunidade que lhe foi dada. Afinal, conseguir emprego em tempos de pandemia não é fácil. **Mas hoje, graças a essas obras, 20 mil pessoas estão obtendo os seus sustentos aqui, no Distrito Federal.**



Lave as mãos com frequência.



Use álcool gel.



Use máscara, é obrigatório.



Evite aglomerações.



GDF
É tempo de ação.



GDF
É tempo de ação.

Em 2020, muita coisa ficou parada. Mas o GDF nunca parou.

Iluminação de LED em diversas cidades. Asfalto novo e duplicação de pistas. Sete novas UPAs em construção. 500 escolas reformadas, 90 ampliadas. Nova Galeria dos Estados. Terminais Rodoviários de Sobradinho e de Santa Maria. Revitalização da W3 e do Setor Hospitalar. Grandes obras em Vicente Pires. Reforma do Museu de Arte. Conclusão da Saída Norte. Hospital Oncológico. Túnel de Taguatinga. Viadutos no Sudoeste e no Riacho Fundo.



Já reparou? Para onde você olha, tem obra no Distrito Federal. Muitas delas esperadas há anos. Algumas já entregues. Outras, em pleno andamento para que, em breve, possam beneficiar toda a população. É que o GDF não para. E sempre está em ação para melhorar a vida das pessoas.



Obras que geram conforto para você e emprego para 20 mil trabalhadores.